

Ata da 36ª Assembléia Assembleia Geral Ordinária – 11 de março de 2013

Aos onze dias do mês de março de dois mil e treze reuniram-se na sede do Parque Nacional Aparados da Serra os conselheiros abaixo relacionados, para tratarem de assuntos da pauta pré-agendada: (1) apresentação da minuta e discussão do Termo de Compromisso a ser firmado entre a Comunidade São Roque e o ICMBio; (2) Informes da CT de Fomento ao Turismo; (3) Informes da CT de Credenciamento de Condutores; (4) Informes do GT Socioambiental; (5) Discussões sobre a renovação do Conselho; (6) Relatório de Gestão 2012.

A AGO começou com o quórum mínimo, sem leitura das atas de reuniões anteriores, para fins de melhor aproveitar o tempo disponível, considerando ainda a pauta estabelecida. Para iniciar os trabalhos da primeira pauta, O presidente do Conselho, Deonir Zimmermann, consulta sobre a necessidade de leitura integral da minuta do Termo de Compromisso, datado de 27 de janeiro de 2013, encaminhada naquela manhã à Presidência do Conselho por mensagem eletrônica, ou apenas discussão sobre os tópicos principais. O conselheiro Alexandre Krob afirma que é a primeira vez que toma ciência do assunto, solicitando leitura integral, bem como envio por internet da íntegra do documento. O Procurador Federal Darlan intervém colocando que recebeu uma cópia do documento – já assinada pelo presidente do ICMBio na última sexta-feira (08 de março de 2013). O presidente sugere a leitura integral da minuta e comparação com a versão assinada Procurador, sendo que houve manifestações para a leitura a partir do texto já assinado. Aprovada a sugestão, o documento é lido na íntegra, sem divergências e é aberta a sessão para considerações. O Procurador Darlan pede a palavra e afirma que acompanha o caso há 8 anos, informando sobre registros desde 1820, de fazendeiros de cima da serra que mantinham cultivos em Santa Catarina, sendo que alguns escravos que trabalhavam nessas roças (Roça da Estância), teriam fugido e se refugiado na floresta, sobrevivendo com técnicas de produção tradicionais; com a criação dos parques, instalou-se o conflito jurídico e a comunidade foi empobrecendo em razão das proibições das práticas de subsistência; afirma que desde 2005 esse pleito vem sendo negociado na 4ª Câmara e que não acredita que a proposta do TC represente impactos significativos em relação ao Parque, com apenas 5 família envolvidas; acrescenta que a Lei da Mata Atlântica considera possível a agricultura de pousio. O presidente do conselho informa que coloca que recebeu um telefonema do Gabinete da Presidência do ICMBio Ministério do Meio Ambiente na manhã da reunião, solicitando exigindo um prazo maior para assinatura do Termo, sendo que a versão apresentada necessita de ajustes para adequação à legislação das Unidades de Conservação. O conselheiro Jean

observa que falta “área sobreposta” no título do Anexo I. O conselheiro Alexandre Krob lamenta por não ter tido oportunidade de conhecimento do documento antes, solicitando registro de descontentamento. Continuou, questionando onde está o INCRA no Termo apresentado e salientando que o ICMBio deve acompanhar as queimadas; questiona ainda sobre as instituições e setores da sociedade que estariam mal representados no Grupo de Trabalho citado no TC.

Sr. Marcelo, do INCRA, relata um breve histórico e coloca a importância da abertura para o Conselho Consultivo do Parque e que o Termo é urgente há muito tempo.

O conselheiro Vilson Omar afirma estar sem luz e sem casa, e registra tristeza por discutir se pode plantar ou não.

O procurador Darlan afirma que o Plano de Manejo do PNAS/PNSG tem uma sutil referência à comunidade São Roque e questiona “como que o Presidente do ICMBio assinou, mas não vale”, ao que o Presidente do Conselho respondeu que recebera telefonema do Presidente do ICMBio solicitando apresentar a minuta ao Conselho Consultivo e solicitando mais tempo para avaliar alguns termos, como a ampliação do uso sobre as áreas indenizadas pelo IBDF/1986, como a responsabilização sobre autos de infração somente para proprietários ou para a Associação, a assinatura individual de um termo de compromisso do morador com o ICMBio, e não da Associação. Procurador Darlan solicita registro em ata que o MMA, representado pelo Sr. Sérgio Brandt, não permite vigor da assinatura do presidente do ICMBio. Acrescenta que as indenizações de 1986 pagaram a titulação, mas não a posse.

Sr. Deonir solicita esclarecimentos sobre os períodos das queimas, para planejamento quanto ao acompanhamento pelas brigadas de incêndio, ao que respondem que foi elucidado na oficina de dezembro, durante o “Calendário da Produção”. Deonir afirma que vai solicitar internamente ao ICMBio, pois não consta na minuta do TC. Sr. Deonir questiona Sr. Darlan sobre os processos de usucapião da região não sobreposta, ao que recebe a resposta que o MPF está tentando obstar o andamento dos processos. Sr. Darlan afirma que as terras já adquiridas pela União podem ser de usufruto da comunidade.

Sr^a. Lourdes, do MNU, questiona se seres humanos não pertencem ao Meio Ambiente e se o Conselho Consultivo quer fazer justiça, convida-o a conhecer a comunidade.

Sr. Marcelo, do INCRA, relata outros casos no Brasil, Programa Brasil Quilombola, afirma que remover comunidades da área significa negar o aspecto histórico e nova negação de direitos à comunidade, desde a abolição, ao longo da história. Argumentou também que o Território Quilombola significa ampliação da área protegida, somatória à área de Unidade de Conservação.

O Sr. Alexandre Krob afirma que sua organização (ONG Curicaca) entende como positiva a complementação de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade e que o presente Termo de Compromisso e o Plano de Manejo poderiam ter avançado e sugere encaminhamento: aprovar o “espírito” do Termo de Compromisso. Solicita ainda a disponibilização do presente Termo para manifestação aos conselheiros, devido à urgência. Sr. Nelson (FAGM) questiona e Deonir responde que precisa contribuição do Conselho para o processo e que a versão está aberta para discussão no Conselho Consultivo. O Procurador Darlan coloca que o fato de não ter discutido o assunto no Conselho até agora foi um desrespeito ao mesmo. O Sr. Nelson Brügger solicita o Laudo Técnico ao INCRA. Sr. Vilson Omar afirma que “temos que lutar pelo Brasil!”. Sr. Darlan comenta que condicionar exercício do direito à propriedade ao direito quilombola é anulação, como o que aconteceu na revolta do Contestado. Acrescentou que os quilombolas podem se constituir em parceiros-fiscalizadores das áreas protegidas. Sr. Alexandre Krob insiste no encaminhamento com aprovação do “espírito” do TC; Sr. Deonir concorda, lembrando do calendário das queimadas para relacionar à presença da brigada de combate a incêndios para acompanhamento. O presidente do Conselho informa que o prazo solicitado para revisão do TC é de 30 dias. O MNU alega que esse prazo inviabilizaria os prazos para a próxima safra, e solicitou que o prazo para essa revisão seja de 10 dias. O Conselho manifestou concordância com o Ficou decidido o prazo de mais 10 dias para fechamento do TC. Encerra-se a discussão da pauta, abrindo um intervalo no AGO.

No segundo item da pauta, Sobre a Câmara Técnica de Credenciamento de Condutores, Sr. Deonir esclarece sobre novas normas, informa sobre a proposta de incursão técnica marcada para 22 de abril de 2013 à trilha das Piscinas do Malacara, até o ponto conhecido como “Cinco Fios”, com fins de avaliar a proposta de estender a trilha até aquele ponto. Sr. Josemar Paulo Selau pede para fazer esclarecimentos sobre o Curso de Competências Mínimas, agendado para dois finais de semana em Jacinto Machado, esclarecimentos dados pelo Sr. Paulo Selau, um dos ministrantes do curso. .

Quanto ao GT Socioambiental, Sr. Lúcio Santos faz breve relato sobre curso de Educação Ambiental e projeto na RCCCS, em conjunto com Sra. Ketuly da ESEC Aratinga; o que não intervém nas resoluções do GT. Sr. Nelson Brügger manifesta descontentamento se sente incomodado com o “adiamento” do Plano de EA do Parque Nacional, ao que se esclareceu que não se tratava de adiamento, mas de aplicação dos novos conhecimentos adquiridos ao planejamento de EA do PNAS e PNSG e replicação dos mesmos para a RCCCS. Sr. Deonir faz breve intervenção sobre projeto de sinalização e interpretação ambiental que resulta de curso que realizou. Sinaliza para oficina a ser realizada dia 06 de abril. Sr. Joel, da APCE, sugere

placas com informações, e cita o exemplo da sobre as plantas “Gunnera” encontradas na estrada, na encosta da Serra do Faxinal.

Quanto à renovação do Conselho, o presidente considera que a aplicação do regimento interno, significaria desligar 12 conselheiros que têm estado ausentes, alguns com e, conforme o Regimento Interno, 3 ausências consecutivas ou 4 ausências alternadas num período de 24 meses motivo para perda de cadeira. Apresenta também a ideia das reuniões setoriais, entre a Coordenação de Gestão Socioambiental do PNAS/ICMBio com cada instituição detentora de cadeira no Conselho Consultivo. Sr. Nelson Brügger sugere fazer um quadro de atividade e “passividade” dos conselheiros. Sr. Alexandre Krob lembra que nas renovações do Conselho sempre há disputa e briga por cadeiras, depois há abandono. O senhor Vilson Omar afirma que o maior problema para participação no Conselho é o transporte, a que o presidente responde que há possibilidade de verbas pelo próprio ICMBio para viabilizar esta participação, sendo que a aprovação dos recursos sempre estará condicionada à existência de orçamento da União para que possa ser aprovado. Considerando as datas de publicação das portarias do PNAS (02/03/2012) e do PNSG (26/12dez/20112), a assembleia decide adiar a renovação do Conselho para 2014.

Quanto ao Relatório de Gestão 2012, o presidente informa sobre o painel de Gestão à Vista, colocado no espaço expositivo com gráficos do desempenho da gestão. Apresenta também alguns dos dados, salientando que o pior índice de desempenho é referente à participação de conselheiros nas reuniões do Conselho Consultivo. Estabelece o compromisso de encaminhar todos os gráficos através de mensagem eletrônica. Não havendo mais assuntos para discussão, Encerra-se assim a 326ª AGO e lavro esta ata que vai assinada pelo presidente. Ata elaborada com base na gravação de vídeo e som arquivada junto à UC.

LISTA DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO
Jean Pierre Perrot	REPA
Darlan A. Dias	MPF
Tiago L. C. da Silva	MPF
Marcelo Sartori	ACONTUR
Marcos Z. Batista	ACONTUR
Brás	Polícia Ambiental
Isabel Lermen	Instituto Curicaca
Nelson Brügger	FGM

Lidia M. da Rosa	
Silvia da Silva	
João Gabriel	
Paulo G. Selau	ACEVAN
Joel da Silva Matos	APCE
Carlos Alberto Aguiar	ONG Sócios da Natureza
Silvana de Oliveira	ACONTUR
Wanderleia Reós	Vereadora
Alfredo Santos	
Roque de Oliveira	
Joice Aguiar	Secretaria de Turismo de Praia Grande
Maria Laci dos Santos de Aguiar	
Paula de Aguiar	